

Exmo. Senhor Professor Doutor Alexandre Quintanilha, Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência,

No seguimento do pedido de informação à Associação de Professores de Filosofia (Apf) sobre a Petição n.º 190/XV/1.^a, os elementos da Direção da Apf analisaram o texto da referida Petição.

De forma geral, considera-se que a obrigatoriedade da realização dos exames nacionais é positiva e contribui para uma uniformização do acesso ao ensino superior. Nesse sentido, há consenso relativamente à obrigatoriedade do exame de Português, defendendo-se que poderá constituir uma mais valia dada a importância do domínio da língua portuguesa para a aprendizagem, tal como tem sido realçado pelos relatórios do IAVE.

É uma realidade que existem cada vez mais alunos oriundos de países estrangeiros, nomeadamente alunos provenientes da CPLP, incluindo brasileiros, que revelam dificuldades no domínio da língua portuguesa, tanto na oralidade como na escrita. Esses alunos acedem às Universidades portuguesas revelando muitas fragilidades no seu domínio linguístico, capacidade que interfere diretamente com as suas competências de comunicação que assumem um papel importante na execução de certas profissões às quais têm acesso no final da sua formação, designadamente o ensino. Sugere-se que sejam implementadas medidas de apoio complementar para estes alunos, os quais não se enquadram no Português Língua Não Materna, apoios esses com vista à superação das dificuldades que se têm detetado nas escolas.

Salientamos que apesar de maioritariamente concordarmos com a obrigatoriedade do exame nacional de Português, consideramos que essa exigência deveria implicar uma revisão do volume das aprendizagens essenciais da disciplina de Português no ensino secundário e uma intencionalidade explícita para o desenvolvimento de atividades que incidam sobre escrita e leitura, com metodologias ativas, havendo uma maior adequação às exigências e necessidades académicas e profissionais.

Considera-se, ainda, que deve existir uma reflexão por parte das escolas e construção de um plano de ação pedagógica onde se possa desenvolver na escola uma ética do cuidado, um maior equilíbrio entre um ideal epistemológico de aluno e o desenvolvimento pleno da cidadania e do bem-estar emocional, práticas que fossem capazes de aumentar a resiliência dos alunos à pressão da avaliação externa, uma vez que estes devem olhar para a avaliação como algo intrínseco ao seu processo de ensino-aprendizagem, lidando com naturalidade com os diferentes momentos de avaliação.

Nesse sentido, a Apf demarca-se do exposto na Petição.

Com os melhores cumprimentos,
A Direção da Apf